



Eixo: Classes sociais, geração e Serviço Social.

Sub-eixo: Juventude.

## JUVENTUDE E SERVIÇO SOCIAL: CONDIÇÕES DE VIDA E COTIDIANO DOS UNIVERSITÁRIOS

RODRIGO SILVA LIMA<sup>1</sup>

**Resumo:** Esse trabalho relaciona o debate teórico sobre juventude e a produção do Serviço Social a partir das recomendações da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) realizadas por meio do Grupo Temático de Pesquisa (GTP) "Serviço Social, Gerações e Classes Sociais". A partir da realização do "estado da arte" acerca da juventude, objetiva-se mapear e discutir a produção acadêmica publicada em periódicos e comunicações em anais de congressos e encontros de caráter nacional. O texto aborda as diferentes interpretações sobre juventude e sinaliza a escolhas dos jovens universitários pelo curso de Serviço Social nos primórdios da profissão, abrindo um leque para investigação e interlocução com as principais matrizes teóricas que fundamentam o debate sobre juventude no Brasil. É o momento inicial da pesquisa que objetiva dar vez e voz aos jovens, conhecer a sua realidade, suas condições de vida, seu cotidiano e formas de sobrevivência diante de uma sociedade conservadora, racista e que reitera estigmas e preconceitos.

**Palavras-chave:** Juventude; Serviço Social; Universidade; Estado da arte.

**Abstract:** This work links the theoretical debate on youth and the production of Social Work based on the recommendations of the Brazilian Association of Teaching and Research in Social Work (ABEPSS) carried out through the Thematic Research Group (GTP) "Social Service, Social classes". From the realization of the "state of the art" about youth, it aims to map and discuss the academic production published in periodicals and communications in annals of congresses and meetings of national character. The text addresses the different interpretations about youth and signals the choices of university students for the course of Social Work in the early days of the profession, opening a range for research and interlocution with the main theoretical frameworks that underpin the debate on youth in Brazil. It is the initial moment of the research that aims to give time and voice to the young people, to know their reality, their living conditions, their daily lives and survival ways before a conservative, racist society that reiterates stigmas and prejudices.

**Key words:** Youth; Social Work; University; State of art.

---

<sup>1</sup> Professor com formação em Serviço Social. Universidade Federal Fluminense. Email: <rodrigorrod@hotmail.com>

## 1 - INTRODUÇÃO

A Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) vem acumulando discussões relacionadas à produção do conhecimento no Serviço Social e à articulação entre graduação e pós-graduação. A partir de 2010 foram criados os Grupos Temáticos de Pesquisa (GTP) e, em linhas gerais, entende-se que esses grupos são espaços dinâmicos que devem estimular a produção teórica, bem como favorecer a troca e a circulação do conhecimento entre pesquisadores de Serviço Social de todo o país, apresentando tendências dos principais debates e preocupações de assistentes sociais e Bacharéis em Serviço Social.

Existem oito GTPs e embora tenham autonomia no processo de organização, estão organicamente vinculados à ABEPSS e apresentam, como um de seus objetivos, a promoção da integração entre a pesquisa desenvolvida nas unidades de formação acadêmicas (UFAs) de Serviço Social e as linhas de pesquisa consideradas relevantes para a área, bem como o fortalecimento das instâncias que estimulam o debate sobre a política científica no país.

O GTP Serviço Social, Gerações e Classes Sociais tem como ementa:

O debate geracional no mundo contemporâneo. Os processos que envolvem infância, adolescência, juventude e velhice enquanto construções sociais, históricas e culturais, bem como expressões da questão social. Indicadores socioeconômicos, proteção social e protagonismo político. As demandas pela reconfiguração do espaço urbano e de equipamentos sociais. O trabalho do assistente social junto à infância, juventude e velhice (OLIVEIRA et.al., 2017).

As interpretações da juventude, as diferenças existentes entre a categoria “jovem” e “adolescente”, a dimensão etária e a insuficiência da análise da juventude utilizando-se apenas os critérios de idade, a legislação que ampara a juventude e as concepções conservadoras e racistas que interferem nas formas de ser e de existir do jovens e do exercício de sua condição juvenil na contemporaneidade são alguns elementos sinalizados brevemente nesse texto e que apontam para a magnitude das pesquisas relacionadas à juventude.

No texto ainda são explicitados os caminhos interconectam a juventude, a universidade e o Serviço Social. Os primórdios da profissão, o papel da

Juventude Católica no início do século XX e a curiosidade investigativa que tenta fazer o contraponto com o papel das religiões e sua influência na vida dos jovens universitários na atualidade. Os principais interlocutores do Serviço Social, a influência do marxismo e de outras correntes do pensamento na produção intelectual sobre juventude.

Por fim, são delineados os aspectos explicam por que a condução de pesquisas envolvendo juventude e Serviço Social são importantes. E é realizada a socialização dos primeiros levantamentos, de 2018, junto ao diretório do CNPQ. A partir dessa busca utilizando-se dos descritores “juventude” e “jovens”, foi traçado um panorama inicial para favorecer a articulação entres pesquisadores do Serviço Social no país.

## **2 – DESENVOLVIMENTO**

### **2.1 - Interpretações sobre juventude**

Existem várias interpretações sobre adolescência e juventude e essa situação de transição para a vida adulta, imprescindível na elaboração dos projetos de vida, envolvem desde a descoberta da sexualidade e de seus desdobramentos até a busca por uma autonomia relativa que se expressa pelo distanciamento da autoridade familiar e no estabelecimento de múltiplas relações de amizade, seja por meio da escolarização, do trabalho, do ambiente religioso, de lazer, dentre outros.

O processo de passagem da adolescência e da juventude para a vida adulta, dentro do *continuum* evolutivo do ser humano, pode ser entendido como um processo articulado de ações e de decisões dos sujeitos que, por seu turno, sofrem constrangimentos das estruturas sociais e econômicas dos diferentes dispositivos institucionais (BRASIL, 2010, p. 46)

Confirma-se, nas “Diretrizes Nacionais de Atenção à Saúde de Adolescentes e Jovens” (BRASIL, 2010), que as diversas interpretações sobre

juventude se justificam pela necessidade de reconhecer a pluralidade de experiências do público em questão, ou seja, as “condições de vida e características sociais, raciais, étnicas, religiosas, culturais, de gênero e de orientação sexual que compõem o universo desses segmentos populacionais” (Ibidem, p. 46).

Tanto a adolescência como a juventude são momentos fundamentais na vida, embora esses termos sejam tratados quase como sinônimos, existem diferenças marcantes, e na história recente do país, nem sempre estiveram em evidência no cenário social, político e econômico. De acordo com a experiência brasileira, o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei 8.069/1990) e o Estatuto da Juventude (Lei 12.852/2013), são os principais ordenamentos jurídicos que sinalizam a condição juvenil, os recortes etários<sup>2</sup> e a concepção de “sujeitos de direitos”<sup>3</sup>.

Diversos fatores demarcam as diferenças entre “pessoas jovens” e revelam o conservadorismo e o racismo da sociedade brasileira. O primeiro ponto a ser destacado é que ainda perdura um processo histórico de criminalização da classe trabalhadora e dos segmentos pauperizados, em especial de jovens negros moradores de favelas, que são reproduzidos pelo Estado e disseminados por discursos do senso comum em redes sociais e nos veículos da mídia burguesa. Percebe-se, dessa forma, que nas mesmas situações, crianças, adolescentes e jovens podem ser julgadas de maneira diferente. As mais abastadas caracterizadas como “crianças” ou “jovens excêntricos” e as mais pobres tratadas como “menores”, “criminosas”, “sementes do mal”<sup>4</sup>.

---

<sup>2</sup> No ECA Criança é aquela que tem entre zero e 12 anos incompletos e **adolescente** é aquele entre 12 e dezoito anos de idade. Já no Estatuto da Juventude o **jovem** é aquele entre 15 e 29 anos de idade. A Organização Mundial da Saúde circunscreve a adolescência à segunda década da vida (de 10 a 19 anos) e considera que a juventude se estende dos 15 aos 24 anos.

<sup>3</sup> No Estatuto da Juventude o reconhecimento do jovem como sujeito de direitos universais, geracionais e singulares é um dos princípios que regem as políticas públicas de juventude. No caso do ECA, o adolescente é considerado pessoa em condição especial de desenvolvimento e concebido como sujeito de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis.

<sup>4</sup> Nas palavras de Eduardo Galeano, o mundo trata os meninos ricos e pobres de maneira diferente, “os ricos como se fossem dinheiro, para que se acostumem a atuar como o dinheiro atua” e “os pobres como se fosse lixo, para que se transformem em lixo”. “E os do meio, os que não são nem ricos nem pobres, conserva-os atados à mesa do televisor (ou mais recentemente ao Smartphone), para que aceitem desde cedo, como destino, a vida prisioneira” (GALEANO apud BAZÍLIO e KRAMER, 2011, p. 93).

O segundo ponto evidenciado é que à juventude se abre a possibilidade de “gozar a vida e tentar um futuro melhor” (ABRAMO, 1994, p. 62), mas para os jovens dos estratos pauperizados da classe trabalhadora, isso é um pouco diferente e mais difícil se garantir. Ao reiterar o caráter contraditório da sociedade capitalista, com suas exigências formais e formatação de comportamentos socialmente aceitáveis, os segmentos, adolescente e jovem, também podem ser compreendidos como uma “forma de classe” que se expressa de maneira peculiar numa relação social e num processo de formação da consciência, ao mesmo tempo.

O conceito de classe como relação e como processo enfatiza que relações objetivas com os meios de produção são significativas porque estabelecem antagonismos e geram conflitos e lutas; que esses conflitos e lutas formam a experiência social em “formas de classe”, mesmo quando não se expressam como consciência. (WOOD, 2003, p. 78).

No período de redemocratização brasileira, no início da década de 1980, o esforço organizativo dos movimentos sociais, que contou com a participação efetiva de adolescentes e jovens, e demais setores progressistas da sociedade civil, propiciou discussões e a elaboração das normas que regem o país, tanto a Constituição da República Federativa do Brasil (1988), que nesse ano completa 30 anos, como o ECA. Pode-se dizer que houve uma ruptura paradigmática, pelo menos do ponto de vista prescritivo, do entendimento teórico sobre o público destinatário da lei, não mais os chamados “menores”, mas crianças e adolescentes<sup>5</sup>.

Na transição do Código de Menores ao ECA, para além da alteração semântica e dos elementos culturais e ideológicos subjacentes, houve um avanço significativo na garantia de direitos e na intenção de ruptura com modelos históricos de entendimento e tratamento ao público infantil e adolescente. A pequenez do sujeito, retratada na figura diminuta do “di menor” e que o léxico jurídico conservador impetrou, circulam como representações de

---

<sup>5</sup> Juridicamente o termo “sujeitos de direitos”, pressupõe uma igualdade na aplicação da lei, ou seja, o entendimento de que o público da lei deve ser tratado sem qualquer distinção de classe social, renda, gênero, cor, raça/etnia, local de moradia etc. Por isso a crítica ao direito é fundamental, pois a centralidade dessas normativas terminam atribuindo ao Judiciário soberania na tomada de decisões e na regulamentação das relações sociais do público em questão.

uma imagem nebulosa, circunscritos contraditoriamente em uma “(in)visibilidade perversa” (SALES, 2007).

O público em questão segue acompanhado de um alto grau de miopia social por ser invisível aos olhos dos direitos de cidadania e capturado como alvo preferencial no campo de visão da repressão e das violências. As alternativas “redentoras” suscitadas pelos grupos políticos conservadores passam pela “redução da maioria penal”<sup>6</sup>, ou seja, pela simplificação de temas extremamente complexos. E a face penal do Estado (WACQUANT, 2005) é refletida não apenas pelo enrijecimento das leis, mas por relações institucionais punitivas, pelo aprisionamento e, em casos extremos, culminam no extermínio dos jovens pauperizados da classe trabalhadora. Cabe mencionar que os homicídios cresceram nos últimos anos e hoje são a principal causa de morte de jovens entre 15 e 24 anos no Brasil (IPEA, 2018).

## 2.2 - Juventude, universidade e Serviço Social

A condição juvenil, marcada pela provisoriedade e transitoriedade, se diferencia de outras categorias como classe social ou gênero, “sua conceituação é uma produção sócio histórica, posto que cada época e sociedade admite sua concepção própria e lhe atribui funções específicas” (FRAGA; IULIANELLI, 2003, p. 9). Segundo a UNESCO, existem, pelo menos, cinco elementos cruciais para a definição da condição juvenil:

- i) a obtenção de condição adulta, como uma meta; ii) a emancipação e a autonomia, como trajetória; iii) a construção de uma identidade própria como questão central; iv) as relações entre gerações, como um marco básico para atingir tais propósitos; e v) as relações entre jovens para modelar identidades, ou seja, a interação entre pares como processo de socialização (UNESCO, 2004, p. 26).

---

<sup>6</sup> Sugiro a leitura do artigo de Joana Garcia e Pedro Pereira (2014), “Somos todos infratores”, revista *O social em questão*, n.º 31. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC-RJ.

Os jovens constituem o público hegemônico das universidades e encontram nesse espaço, mesmo com todas as contradições, maiores possibilidades de serem respeitados e de contrapor qualquer tipo de desconfiança em relação à sua responsabilidade e ao seu potencial político e profissional. O avanço de matrículas no ensino superior, observado ao longo dos últimos anos, contrasta com o número insatisfatório de jovens negros e dos segmentos pauperizados da classe trabalhadora na universidade pública.

Os “incentivos governamentais” e a ampliação do acesso ao nível superior, de acordo com o discurso oficial, não podem ser romantizadas como ações genuinamente dos governos de esquerda. De acordo com Lima (2014), a complexidade que envolve a gestão da educação superior e criação desses cursos, para além das determinações dos Organismos Internacionais, vem acompanhada de uma análise das tendências teóricas, sociais e econômicas na contemporaneidade. O cenário demarcado por políticas de “transferência de renda aos pobres com condicionalidades e no incentivo ao empreendedorismo” (WERNECK VIANNA, 2005, p. 133), contribuiu significativamente para a incorporação de outras preocupações à gestão governamental, instituindo uma lógica empobrecida à educação e ao Ensino Superior.

Com as ações de “alívio da pobreza”, têm-se a reorientação das políticas sociais e, conseqüentemente, da educação superior. Nesse sentido, diante da necessidade programática de construir competências e habilidades são propagadas medidas individualizadas para a construção de políticas públicas na assistência social, na saúde e na educação:

Medidas individualizadas de status dos pobres têm servido como matéria-prima central para o desenho e redesenho das políticas públicas fundamentadas numa definição de pobreza pensada a partir de características pessoais e padrões de comportamento dos pobres. As políticas sociais, sob esse prisma são concebidas como instrumentos para ajudar na construção de habilidades que tornarão esses indivíduos ‘inseríveis’ no padrão de sociabilidade contemporânea (MAURIEL, 2006, p. 50).

Parcela da juventude, imersa nas contradições de um país desigual, racista e opressor, onde as oportunidades sempre foram pontuais e escassas, conseguiu atravessar o afunilamento do vestibular e chegar à universidade. E, nesse sentido, qualquer crítica ao *modus operandi* governamental e ao Banco

Mundial, por mais coerente e consistente que seja, torna-se insuficiente quando comparada às possibilidades reais e concretas de inserção no ensino superior e obtenção de um diploma de graduação de uma universidade pública (que não é para todos). Portanto, a política educacional dos governos petistas, passou a ser entendida na mesma lógica das políticas de combate à pobreza, que visam construir *entitlements* ou habilitações (MAURIEL, 2006, p. 62) e surgem como solução política apontada para enfrentar as incapacidades individuais.

Como a pobreza e a desigualdade são dissociadas de processos estruturais, a “saída” se constrói por meio do investimento em ações de alívio da pobreza via a capacitação do indivíduo para sua “autoproteção” (Ibidem, p. 76).

É pertinente a conjugação dos questionamentos de Mauriel (2006), relacionados às políticas de combate à pobreza, e as críticas realizadas por Frigotto (2000) sobre a “teoria” do capital humano, propagadas por Theodoro Schultz. Existem concepções presentes nessas tendências que apontam para a edificação e o incentivo das competências e habilidades como substratos de uma fantasiosa empregabilidade. As análises em tela realçam a mistificação em torno da teoria” do capital humano, como “panaceia da solução das desigualdades entre países desenvolvidos, subdesenvolvidos e entre os indivíduos” (FRIGOTTO, 2000, p. 41). Essas tendências ganham espaço em países latino-americanos e os investimentos em educação e o acesso à escola (independente das condições de infraestrutura e de trabalho) se afirmam como o “caminho para o desenvolvimento e eliminação das desigualdades” (Ibidem, p. 42).

Os profissionais do curso de Serviço Social trabalham com a formação de jovens e se preocupam com o mercado de trabalho destinado a esse público, porém, em geral, o corpo docente estuda pouco sobre juventude, como afirma Alencar, “é preciso conhecer a juventude – seu mundo, seus anseios -, muito mais do que condená-la” (2003, p. 8). A educação da juventude, de maneira direta e indireta, é objeto do trabalho de assistentes sociais, tanto aqueles inseridos na docência, como daqueles nos campos de estágio e no setor de assistência estudantil, pois, diante de tantos desafios e exigências institucionais, ainda há uma necessidade de ampliação do acesso e das



condições de permanência, principalmente, para os segmentos negros e pauperizados que continuam sendo ameaçados por vários fatores na sociedade capitalista.

Na história do surgimento do Serviço Social no Brasil, nas três primeiras décadas do século XX, a juventude cumpriu um papel político, social e organizativo essencial no país. Com a emergência da questão social e os processos de desenvolvimento urbano industrial, a Ação Católica, por meio do movimento Laico, desenvolveu experiências embrionárias de articulação e participação de jovens na realização de atividades voltadas à classe trabalhadora e, segundo Iamamoto e Carvalho (1996), a base humana e organizacional que propiciou o surgimento da profissão mesclava as antigas Obras Sociais e os novos movimentos de apostolado social com ênfase na juventude católica:

Dentre elas se destacarão as instituições destinadas a organizar a juventude católica para ação a ação social junto à classe operária – Juventude Operária Católica (JOC) – e sua extensão a outros setores, através da Juventude Estudantil Católica, Juventude Independente Católica, Juventude Universitária Católica e Juventude Feminina Católica” (Ibidem, p. 171).

O Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo, em 1932, liderou a formação técnica para a prestação de serviços assistenciais, com cursos voltados para moças de frações de classe dominante e dos setores abastados. Além de evocar a vocação natural das mulheres para tarefas educativas e caridosas, essa formação técnica estruturou-se não apenas a partir do estudo da doutrina social da Igreja, como também se somou aos conhecimentos oriundos da filosofia, moral, legislação do trabalho, enfermagem, dentre outras (IAMAMOTO; CARVALHO, 1996).

No livro de Cassab (2001, p. 89), podem ser citadas, pelo menos, três tendências teóricas que influenciaram o trabalho social com jovens no âmbito das políticas sociais brasileiras: 1) os estudos de orientação biológica; pautados no caráter natural e evolutivo desse período da vida; 2) aqueles de corte estrutural funcionalista, influenciados pela psicologia do comportamento; e 3) os organizados pela perspectiva cultural e histórica, que consideram a

juventude como uma produção social e levando em consideração a sua origem de classe.

A influência e hegemonia da tradição sociológica francesa e da Escola de Chicago, nos estudos sobre juventude, e o protagonismo de Karl Mannheim nos estudos sobre geração, podem indicar um dos fatores que afastaram os autores contemporâneos do Serviço Social, vinculados à tradição marxista, das discussões relacionados aos jovens na sociedade<sup>7</sup>. Cabe ressaltar que jovens são entendidos como “indivíduos sociais”, como produto e sujeitos da história e não como sujeitos isolados descritos nos textos de fundamentos do liberalismo (IAMAMOTO, 2001).

A partir de um levantamento bibliográfico inicial, é possível citar a produção de autores clássicos e contemporâneos, vinculados ou não à tradição marxista, que enfatizam as dimensões constitutivas da juventude no modo de produção capitalista: “Trabalho, juventude e educação politécnica” (MARX, 1968); “As tarefas revolucionárias da juventude” (LENIN, 2005); “O problema da juventude na sociedade moderna” (MANNHEIM, 1968); “A revolução cultural” (HOBSBAWM, 1995); “O jovem radical” (IANNI, 1968); “A juventude na sociedade moderna” (FORACCHI, 1972); “*La juventude és más que uma palavra*” (MARGULIS, URRESTI, 1996), “Juventude em debate” (ABRAMO, FREITAS, SPÓSITO, 2000); “Jovens em tempo real” (FRAGA; IULIANELLI, 2003), “Política Social, Família e Juventude: uma questão de direitos” (SALES, MATOS, LEAL, 2004), dentre outros autores.

Três aspectos explicam por que a condução de pesquisas envolvendo juventude e Serviço Social são importantes?

Em primeiro lugar por que existe, nos anais dos Congressos e Encontros, um vasto material que aponta para a produção substantiva, de assistentes sociais que não são docentes, sobre Serviço Social na área da

---

<sup>7</sup> Uma hipótese que pode ser investigada é que a maior parte da produção teórica (livros, artigos e projetos de pesquisa) está assentada nas universidades públicas e nas PUCs e parcela significativa dos profissionais de Serviço Social na docência construíram suas pesquisas e carreiras com ênfase em temas mais amplos e complexos, diferente dos profissionais de Serviço Social que atuam nas instituições ou no planejamento. Assistentes sociais de diversas áreas demonstram conhecimento e até conseguem participar dos eventos da categoria (CBAS e ENPESS), porém sua produção ainda não é muito disseminada o que faz com que tenhamos a falsa sensação de que o Serviço Social produz pouco sobre juventude.

infância e da adolescência<sup>8</sup>, mas, geralmente, as reflexões e pesquisas sobre juventude estão mais relacionadas às políticas públicas e à intervenção profissional de assistentes sociais. A juventude, diante das múltiplas expressões da “questão social” (IAMAMOTO, 2001a), aparece muito mais como vítima da violência, do que a partir do seu protagonismo<sup>9</sup> ou de uma concepção que aponte para as determinações sociológicas do que se intitula “condição juvenil”<sup>10</sup> (ABRAMO, 1994).

Em segundo lugar, parcela significativa da produção científica na área do Serviço Social que abarca a juventude (OLIVEIRA e SILVA, 2011; SCHMIDT, 2009; TEJADAS, 2008; SALES, 2007), realiza uma caracterização a partir de uma faixa etária mais próxima da adolescência, compreendida entre 15 e 21 anos, contudo, quais os estudos identificam a juventude como público entre 15 e 29 anos de idade, conforme normatização prevista na Lei 12.852/2013, Estatuto da Juventude? E qual o referencial tem orientado tais produções acadêmicas?

Margulis e Urresti sinalizam que em algumas literaturas sociológicas recentes a mera categorização da "juventude" por faixa etária foi superada, mas que há uma indefinição do espaço da juventude e que vários fatores, sejam eles históricos, econômicos, sociais, culturais e etc., precisam ser levados em consideração para uma análise sobre esse segmento.

É evidente que em nossa sociedade os conceitos geralmente usados como classificadores de idade eles são cada vez mais ambíguos e difíceis de definir. Infância, juventude ou velhice são categorias imprecisas, com limites, que se refere, em parte, ao enfraquecimento de antigos rituais relacionados de passagem com lugares prescritos em instituições tradicionais e, acima de tudo, a forte e progressiva heterogeneidade nos campos econômico, social e cultural (MARGULIS; URRESTI, 1996, p. 1).

---

<sup>8</sup> Em teses de doutorado (LIMA, 2013; CELESTINO, 2015) e dissertações de mestrado (FIGUEIREDO, 2012; SILVA, 2018) um levantamento significativo de referências bibliográficas é realizado.

<sup>9</sup> Cabe ressaltar que a juventude não é um segmento rebelde e progressista apenas, pois também pode revelar-se reacionária e conservadora (MANNHEIM, 1968).

<sup>10</sup> Cabe ressaltar o pioneirismo de Ana Maria Quiroga Fausto Neto (UFRJ) e Consuelo Quiroga (PUC-BH), com a pesquisa interinstitucional: “Juventude obre e violência urbana: ressocialização pelo trabalho e pelo lazer” (realizado em meados da década de 1990), ver Fausto Neto e Quiroga (2000). Outra referência é o livro, “Jovens pobres e o futuro: a construção da subjetividade na instabilidade e incerteza”, de Maria Aparecida Tardim Cassab (2001).

Em terceiro lugar, no Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS), em 2016, na cidade de Ribeirão Preto, foi criado o Grupo Temático de Pesquisa (GTP): “Serviço Social, Gerações e Classes Sociais”, que incorpora todos os debates e pesquisas sobre infância, adolescência, juventude e envelhecimento no Serviço Social. Esse GTP está voltado para pesquisadores de Graduação e Pós-graduação em Serviço Social do eixo “gerações”, porém esse tema, em grande maioria, aparece diluído nos estudos sobre as Políticas Sociais ou naqueles que tratam de Educação e Direitos Humanos.

A questão que se coloca, não para os membros desse GTP, consiste em compreender se é mais estratégico estimular os pesquisadores existentes a fomentar a produção de novas pesquisas sobre juventude e gerações ou incorporar as preocupações desse GTP em outro grupo e assim propiciar maior articulação entre os pesquisadores com trabalhos acadêmicos mais consolidados?

Na Oficina Nacional<sup>11</sup> da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), realizada na Universidade Federal Fluminense, em 2017, houve a primeira apresentação pública desse GTP, desde que foi desmembrado do Grupo de relações de opressão/exploração de Classe, Gênero, Raça/Etnia, Sexualidades. A síntese produzida pelos seus pesquisadores demonstra a necessidade de articulação política e de fazer circular informações aglutinando preocupações de novos pesquisadores:

Em linhas gerais, entende-se que os GTPs são espaços dinâmicos e que devem estimular a produção teórica, bem como favorecer a troca e a circulação do conhecimento entre pesquisadores de Serviço Social do todo o país, apresentando tendências dos principais debates e preocupações de assistentes sociais e Bacharéis em Serviço Social (OLIVEIRA et.al., 2017).

---

<sup>11</sup> Realizada entre 07 e 09 de novembro de 2017, na Universidade Federal Fluminense (UFF/Niterói). A apresentação dos GTPs, na Oficina Nacional, foi dividida em duas mesas com quatro grupos: **Mesa I** - GTP Trabalho, questão social e serviço social; GTP Ética, Direitos Humanos e Serviço Social; GTP Relações de opressão/exploração de Classe, Gênero, Raça/Etnia, Sexualidades e GTP Questão Agrária, Urbana e Ambiental. **Mesa II** – GTP Política Social e Serviço Social; GTP Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional; GTP - Movimentos Sociais e Serviço Social e *GTP Serviço Social, Gerações e Classes Sociais*.

Os GTPs têm autonomia e estão organicamente vinculados à Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Seus objetivos são: a promoção da integração entre a pesquisa desenvolvida nas unidades de formação acadêmicas (UFAs) de Serviço Social e as linhas de pesquisa consideradas relevantes para a área, bem como o fortalecimento das instâncias que estimulam o debate sobre a política científica no país.

Como a produção dos GTPs, de acordo com as recomendações da direção da ABEPSS, depende de: (a) articulação nacional, (b) quantitativo de pesquisadores na área e (c) do tempo de existência dos GTPs, vislumbra-se, a partir das preocupações apontadas, a realização do “estado da arte”<sup>12</sup>, ou seja, de pesquisa levante a produção do Serviço Social ao longo dos últimos oito anos<sup>13</sup>. Essa análise deverá considerar as particularidades do GTP e as diferentes experiências acumuladas: (1) Como os Fundamentos aparecem nos debates desse GTP? (2) Como a questão geracional aparece na pesquisa e na produção de conhecimento da área de Serviço Social? (3) Como a ementa do GTP dialoga com as diretrizes curriculares da ABEPSS?

### **3- LEVANTAMENTO NO DIRETÓRIO DE PESQUISA DO CNPQ (2018)**

Em levantamento realizado nos diretórios do CNPQ, no início de 2018, a partir da busca utilizando-se dos descritores “juventude” e “jovens”, foi traçado um panorama inicial para favorecer a articulação entres pesquisadores de uma determinada região do país levando em consideração os seguintes aspectos: 1) quantos grupos de pesquisa sobre juventude existem no Brasil; 2) desses grupos de pesquisa quantos estão localizados na região Sudeste; 3) na região

---

<sup>12</sup> Para Ferreira (2002, p. 258) essas pesquisas “também são reconhecidas por realizarem uma metodologia de caráter inventariante e descritivo da produção acadêmica e científica sobre o tema que busca investigar”. Realizar o “estado da arte” sobre Juventude e Serviço Social deve-se basear em pelo três campos distintos: (1) no Diretório de Pesquisa do CNPQ; (2) nas principais revistas de disseminação do conhecimento em Serviço Social; (3) em anais dos principais eventos nacionais que contam com participação de assistentes sociais: Congresso Brasileiro de Serviço Social (frequência trienal); Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (bienal); Encontro Nacional de Política Social (anual).

<sup>13</sup> O ano de 2010 será o marco temporal para realização dos levantamentos dessa pesquisa, pois foi no ENPESS do Rio de Janeiro que os GTPs foram criados.

Sudeste quantos grupos de pesquisa estão distribuídos nas universidades do estado do Rio de Janeiro; 4) no estado do Rio de Janeiro qual universidade possui o maior número de grupos de pesquisas sobre juventude; 5) qual a área predominante dos grupos de pesquisa no Brasil; 6) na área das Ciências Sociais Aplicadas, quantas pesquisas são desenvolvidas nos cursos de Serviço Social; 7) nesses cursos de Serviço Social quantos pesquisadores são assistentes sociais e quantos pesquisadores não são assistentes sociais, mas atuam nessas unidades acadêmicas.

A partir do afunilamento de informações constatou-se que existem, no total, 378 (trezentos e setenta e oito) grupos de pesquisa sobre juventude cadastrados no Brasil. Desses grupos, a região Sudeste, composta pelos estados do RJ, MG, SP, ES, é aquela que concentra o maior percentual de pesquisas nas regiões brasileiras, são 148 (cento e quarenta e oito) cadastros, o que representa 39,15% total de grupos. O Rio de Janeiro, estado com a segunda maior produção sobre juventude na região Sudeste, computa 65 (sessenta e cinco) grupos cadastrados, algo em torno de 17,19% do total. A Universidade Federal Fluminense, aglutina a maior quantidade de grupos de pesquisa do estado do Rio de Janeiro, são 14 (quatorze) grupos cadastrados com o tema da juventude, isso representa 3,70% do total no Brasil e 21,53% no estado.

A área predominante dos grupos de pesquisa sobre juventude no Brasil está alicerçada nas Ciências Humanas. Nessa área foram contabilizados 284 (duzentos e oitenta e quatro) grupos de pesquisa no Brasil, principalmente nos cursos de Direito, algo equivalente a 75,13% do total, ou seja, mais de três quartos de todos os grupos cadastrados. Na sequência vem a área das Ciências Sociais Aplicadas com 57 (cinquenta e sete) grupos que representam 15,07% dos grupos de pesquisa sobre juventude; a área das Ciências da Saúde apresentam com 24 (vinte e quatro) grupos de pesquisa, isto é, 6,34% dos cadastros, e as “Outras áreas” com 13 (treze) grupos, algo em torno de 3,43% da área de conhecimento sobre juventude no país.

Sobre os grupos de pesquisa sobre juventude existentes nos cursos de Serviço Social e o quantitativo de pesquisadores, assistentes sociais ou não, inseridos nessas Unidades de Formação; Nas Ciências sociais aplicadas tem-

se 57 (cinquenta e sete) menções aos grupos com pesquisas relacionadas ao tema da juventude. Dessas pesquisas 09 (nove) estão presentes nos cursos de Serviço Social. São 12 (doze) pesquisadoras com a formação em Serviço Social e 02 (duas) pesquisadores pertencem ao quadro docente do curso de Serviço Social, mas não são assistentes sociais.

Observa-se a interface entre criança, adolescente e juventude nos projetos de pesquisa concentrados na região Sudeste e, nesse sentido, será necessário apurar melhor esse levantamento e o cruzamento de informações, pois os dados podem revelar uma quantidade aquém de pesquisadores e grupos de pesquisa que tratam da temática juventude. Isto porque alguns docentes estão em processo de aposentadoria ou aposentadas, o que exigirá atenção com a atualização dessas informações.

#### **4 – CONCLUSÃO**

Essa pesquisa será realizada numa universidade pública federal, num cenário que, para o bem e para o mal, incorpora as contradições do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). O REUNI inaugurou outra lógica de organização e funcionamento das universidades públicas federais. Na realidade institucional verifica-se, ainda que empiricamente, um novo perfil de estudante que acessa à universidade tanto por meio do Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM) e do Sistema de Seleção Unificada (SISU), como também pela implementação da Política de Cotas.

O aumento das reivindicações por políticas de permanência, como bolsas de assistência estudantil, residências universitárias e apoio nutricional em bandejões aumentou e, até mesmo a organização estudantil, antes liderada pela direção da Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO), é atingida pelos impactos dessa nova lógica na universidade. Ao aglutinar em seu movimento os chamados “coletivos”, são delineadas novas

relações políticas no Movimento Estudantil de Serviço Social e a incorporação de pautas fundamentais anteriormente sem maior representatividade.

E cabe indagar aos cursos de Serviço Social e aos assistentes sociais nas universidades, qual é o perfil do alunado, como tem sido realizada a pesquisa e qual o papel da juventude e dos universitários<sup>14</sup>, nos últimos quinze anos?

Acredita-se que fazer o “estado da arte”, pode ser importante como uma forma de agregar pesquisadores, mas esse tipo de ação corrobora com as determinações hegemônicas que sustentam uma concepção panóptica em relação ao trabalho docente, ou em outras palavras, “é nessa conjuntura que os catálogos vêm atender tanto a anseios internos da universidade, quanto à pressão externa de uma política reguladora e controladora da produção científica” (FERREIRA, 2002, p. 260).

Fundamental, nessa reflexão, é que os pesquisadores em Serviço Social têm muito a falar sobre a juventude e a juventude universitária tem muito a falar da condição de vida, do cotidiano e do Serviço Social. Esse é o pontapé inicial que reúne alguns os elementos para uma nova fase da pesquisa, ou seja, para dar voz aos sujeitos e conhecer mais sobre os jovens que escolhem o curso de Serviço Social. São três eixos: No eixo I serão realizadas perguntas sobre a noção de pertencimento, inserção em grupos de associativismo (Igreja, movimento estudantil, hip hop, funk, samba) e outras formas de organização política.

No eixo II sobre a complexidade da vida e se existem incertezas (mundo do trabalho), quais são as dificuldades e como lidam com elas em seu cotidiano (mobilidade urbana e transporte, assédio nos espaços coletivos, acesso aos meios de comunicação e cultura, aquisição de dinheiro, moda, sexualidade, violência, orientação sexual, relação com a família), seus projetos de vida.

No eixo III sobre o papel da educação em sua vida e pessoas da família ou próximas que chegaram ao nível superior. Como é o acesso e permanência

---

<sup>14</sup> Ao mesmo tempo que alguns estudantes sobrevivem com uma bolsa assistencial de R\$ 400,00, inclusive auxiliando nas despesas da família, outros conhecem mais países e falam mais idiomas estrangeiros do que professores que integram o corpo docente da Escola de Serviço Social.



na universidade e o que acha da assistência estudantil. Principais transformações com a inserção na universidade e a importância do trabalho.

Essa pesquisa ao final oferecerá aos segmentos juvenis um mapeamento das principais perspectivas teóricas que norteiam os estudos sobre juventude, um levantamento de como as políticas públicas para a juventude estão organizadas, e quais os avanços em relação ao Estatuto da Juventude e das ações institucionais para garantir acesso e permanência na universidade pública.

## 5- REFERÊNCIAS

ABRAMO, Maria Helena Wendel. **Cenas juvenis: punks e darks no espetáculo urbano**. São Paulo: Scritta/ANPOCS, 1994.

ALENCAR, Chico. **Prefácio**. FRAGA, Paulo; LULIANELLI, Jorge. A. S. Jovens em tempo real. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

BAZÍLIO, Luiz Cavalieri. KRAMER, Sonia. **Infância, Educação e Direitos humanos**. São Paulo: Cortez, 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção em Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Diretrizes nacionais para a atenção integral à saúde de adolescentes e jovens na promoção, proteção e recuperação da saúde** Brasília, 2010.

CASSAB, Maria Aparecida Tardin. **Jovens Pobres e o futuro: a construção da subjetividade na instabilidade e incerteza**. Niterói: Intertexto, 2001.

CELESTINO, Sabrina. **Entre a FUNABEM e o SINASE: A dialética do atendimento socioeducativo no Brasil (tese de doutorado)**. Programa de Doutorado em Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica: Rio de Janeiro, 2015.

FAUSTO NETO, Ana Maria Quiroga. QUIROGA, Consuelo. “Juventude urbana pobre: manifestações públicas e leituras sociais”, In: PEREIRA, Carlos Alberto. RONDELLI, Elizabeth. SHOLLHAMMER, K. Erik. HERSCHMANN, Michael (Orgs.). **Linguagens da Violência**. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

FIGUEIREDO, Natalia da Silva. **Na trama do direito: a judicialização dos conflitos com crianças e adolescentes acolhidos institucionalmente em São Gonçalo (2009-2012)**. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Faculdade de Serviço Social da UERJ, 2012.

FORACCHI, Marialice Mencarini. **A juventude na sociedade moderna**. São Paulo: Pioneira; Ed. Universidade de São Paulo, 1972.

FRAGA, Paulo; LULIANELLI, Jorge. A. S. **Jovens em tempo real**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

HOBBSBAWN, Eric. Revolução cultural. In: HOBBSBAWN, E. **A era dos extremos: o breve século XX - 1914-1991**. São Paulo: Companhia das letras, 2005.

IAMAMOTO, Marilda. A questão social no capitalismo. **Temporális**, Brasília: Associação Brasileira de Ensino Pesquisa em Serviço Social, n. 3, 2001a.

IAMAMOTO, Marilda. **Trabalho e indivíduo social**. São Paulo: Cortez, 2001.  
\_\_\_\_\_. CARVALHO, Raul. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação teórico-metodológica**. São Paulo: Cortez; [Lima, Peru]: CELATS, [1982], 1996.

IANNI, Otávio. O jovem radical. In: BRITTO, Sulamita de (Org.). **Sociologia da juventude I: da Europa de Marx à América Latina de hoje**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1968.

LENIN, Vladimir. Tarefas da juventude na construção do socialismo. In: As TAREFAS revolucionárias da juventude. São Paulo: Expressão popular, 2006.  
LIMA, R. S. Apontamentos sobre a educação universitária e os cursos particulares de Serviço Social no Brasil. **Revista Ser Social**, Brasília: UNB, 2014.

LIMA, R. S. **Orçamento público dos abrigos municipais no Rio de Janeiro: velhos e novos dilemas**. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. UERJ: Rio de Janeiro, 2013.

MANNHEIM, Karl. O problema da juventude na sociedade moderna. In: BRITTO, Sulamita (Org.). **Sociologia da juventude I: da Europa de Marx à América Latina de hoje**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1968.

MARGULIS, Mario, y Marcelo Urresti. "*La juventud es más que una palabra*". En *La juventud es más que una palabra: ensayos sobre cultura y juventud*, coordinado por Mario Margulis y Marcelo Urresti, 13-30. Buenos Aires: Biblos, 1996.

MARX, Karl. Trabalho, juventude e educação politécnica. In: BRITTO, Sulamita (Org.). **Sociologia da juventude I: da Europa de Marx à América Latina de hoje**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1968.

OLIVEIRA e SILVA, Maria Liduina de. **Entre proteção e punição - controle sociopenal dos adolescentes**. 1º Edição. São Paulo: Editora UNIFESP, 2011.

OLIVEIRA, Cenira Andrade. GOMES, Maria das Graças Cunha. RUSSO, Glaucia Helena Araújo. LIMA, Rodrigo Silva. Oficina Nacional da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). **Subsídios do GTP Serviço Social, Gerações e Classes Sociais**. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2017. (digitalizado).

SALES, Mione Apolinário. **(In)visibilidade perversa**: adolescentes infratores como metáfora da violência. São Paulo: Cortez, 2007.

SALES, Mione. MATOS, Murílio de Castro. LEAL, Maria Cristina (Orgs.). **Política Social, Família e Juventude**: uma questão de direitos. São Paulo: Cortez, 2004.

SILVA, Franklin de Lima. **“Menino abusado”**: a compreensão crítica do abuso sexual doméstico contra meninos. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional. UFF: Niterói, 2018.

SCHMIDT, Fabiana. **Adolescentes privados de liberdade**: a dialética dos direitos conquistados e violados. Curitiba: Juruá, 2009.

TEJADAS, Silvia da Silva. **Juventude e ato infracional**: as múltiplas determinações da reincidência. Porto Alegre: EDIPUCS, 2008.

UNESCO. **Políticas públicas de/ para/ com Juventudes**. Brasília, 2004.

WACQUANT, Löïc. **Os condenados da cidade**. Rio de Janeiro: Revan/FASE, 2005.

WOOD, Ellen Meiksins. **Democracia contra capitalismo**: a renovação do materialismo histórico, São Paulo: Boitempo, 2003.